

ATA Nº 2/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VINTE E TRÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DESASSETE. -----

-----Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se em reunião ordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota e Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria, tendo faltado, por motivo justificado, o Sr. Vereador Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo. -----

-----**Deliberação Nº 12/2017: Aprovação da ata n.º 1/2017 de 9 de janeiro:** Em virtude da ata n.º 1/2017 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 9 de janeiro ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação.-----

-----**Deliberação Nº 13/2017: Atribuição de Fundo de Maneio para CPCJ – Ano 2017:** Presente a informação n.º 205/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Fundo de Maneio atribuído à CPCJ para o período compreendido entre 01/01/2017 a 31/12/2017 -----

-----**Deliberação Nº 14/2017: Subsídio a atribuir à ADCE - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Espinho, no âmbito do protocolo de exploração do Centro Multimeios:** Presente a informação n.º 317/2017 da Divisão de Gestão

Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e 2 votos contra dos Vereadores do PS, atribuir à ADCE - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Espinho, para o ano de 2017, no âmbito do protocolo mencionado em título, um subsídio no valor de 250 000,00€. -----

-----Deliberação Nº 15/2017: Aprovação das "Normas Internas de Organização e Funcionamento dos Serviços de Atividades de Animação e de Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e de Componente de Apoio à Família do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Espinho": Presente a informação n.º 458/2017 da Divisão Educação e Juventude, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de projeto de Normas Internas em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, com 4 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, no âmbito da atribuição genérica dos municípios em matéria de educação prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais – RJAL; aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) e do regime jurídico do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, e da Portaria n.º 644-B/2015, de 24 de agosto (II Série), e ao abrigo da competência regulamentar das câmaras municipais prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na parte final da alínea k) do n.º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação em vigor), aprovar as "Normas Internas de Organização e Funcionamento dos Serviços de Atividades de Animação e de Apoio à Família da Educação Pré-Escolar e de Componente de Apoio à Família do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Espinho", com vista à definição das regras que disciplinam e fixam a sua organização, funcionamento e utilização. -----

-----Deliberação Nº 16/2017: Concurso por Hasta Pública para atribuição da concessão de 9 lojas Comerciais, 16 Espaços Comerciais, 11 Espaços de Venda e 15 Bancas existentes no piso inferior do Mercado Municipal: Presente a informação

n.º 156/2017 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, realizar um procedimento de Hasta Pública para atribuição a título precário da concessão de 9 lojas comerciais, 16 espaços comerciais, 11 espaços de venda e 15 bancas existentes no piso inferior do Mercado Municipal de Espinho. Mais deliberou a Câmara, também por unanimidade, aprovar as peças do procedimento em causa (Programa e Condições) e marcar o ato público para o dia 6/02/2017, pelas 14.00 horas, designando para o efeito uma Comissão constituída pelos Srs. Vereadores Quirino de Jesus, Leonor Fonseca e Carlos Sárria. -----

-----**Deliberação Nº 17/2017: Pedido de isenção de taxas:** Presente a informação n.º 332/2017 da Divisão de Obras Particulares e Licenciamento, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o processo no mesmo referido (em arquivo). Votação: Verificando-se enquadramento no n.º 2 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas (RMUETOU), a Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de isenção de taxas apresentado pela CERCIESPINHO – COOP. EDUCAÇÃO E REAB. CIDADÃO INADAPTADO, CRL e a remessa à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----**Resumo diário de tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 16 de janeiro de 2017 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2016 no valor de quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos): seiscientos e noventa e nove mil quinhentos e noventa e três euros e quarenta e cinco cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão trezentos e noventa e nove mil trezentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 16 de janeiro do corrente ano, foram cabimentadas despesas no valor de vinte e cinco milhões seiscientos e dezasseis mil e seis euros e vinte e um cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de cento e sete mil e cinquenta e cinco euros e vinte e um cêntimos.-----

-----**Listagem de aquisição de serviços para cumprimento dos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o OE 2017:** A Câmara

tomou conhecimento de todos os contratos de aquisição de serviços de 1 a 17 de janeiro de 2017, nos termos dos nºs 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016 de 28 de Dezembro.-----

-----**Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Secretária da Câmara _____